

Na “casa da mãe”/na “casa do pai”: Anotações (de uma antropóloga e avó) em torno da “circulação” de crianças¹

Maria Angelica Motta-Maués²

Professora do Departamento de Antropologia – UFPA

RESUMO: Ancorado numa fonte de inspiração pessoal, em reflexões sobre dados de campo e na observação de situações particulares, o trabalho discute a “circulação” de crianças. Considerando modalidades como a “tutela infantil”, as “crias de casa de família”, os “filhos de criação”, as pessoas que “reparam” crianças (às vezes, outras crianças) e os circuitos em que se envolvem os filhos de camadas médias, divididos entre “suas” duas casas e outros espaços mais, a idéia é: (1) ver como o fenômeno tem sido interpretado em nossa área; (2) tomar a circulação de modo mais amplo e flexível para incluir nela fluxos mais curtos e dinâmicos, e outros grupos que permitam perceber, nesta “ciranda”, por exemplo, uma antropóloga e seu neto.

PALAVRAS-CHAVE: criança, circulação de crianças, camadas médias, grupos populares, família.

Breve história de um menino (“moderno”, mas nem tanto) e suas muitas andanças

O menino de quem falo tem, agora, 12 anos e pode ser bem um caso exemplar para meus argumentos neste artigo. Filho de pais pertencentes às camadas médias urbanas, intelectualizadas, psicologizadas, politizadas

e componentes do que se pode considerar uma elite intelectual, aos 5 meses de idade, quando a mãe voltou ao trabalho, após a “licença-maternidade”, passou a ficar o dia todo em uma creche – pensada como melhor opção que uma babá –, voltando para casa só no final da tarde. Ao completar 1 ano, duas coisas importantes aconteceram em sua, ainda curta, vida. Seus pais viajaram a trabalho e ele ficou, por alguns meses, entre a creche e a casa de seus avós maternos – com a avó, também profissional da academia como a mãe dele, fazendo as vezes de “mãe” em tempo parcial, que aproveita para transmitir valores que considera importantes, tal como as avós francesas, referidas por Clarice Peixoto (2000), ou uma “avó quebra-galho”, como aponta Myriam Lins de Barros (1987). Logo em seguida a essa temporada, seus pais se separaram, e ele continuou, agora com a mãe e mais uma babá, por cerca de mais um ano na casa dos avós.

Com o novo casamento de sua mãe, o menino foi morar com ela e o “tio”. Como sua guarda é a chamada “guarda compartilhada”, além dos tradicionais fins de semana, férias, feriados, ele fica, ou “vai com o pai”, de vez em quando, sem muita fixidez de dias. Com o casamento de seu pai (com moça de outro estado), o menino, se não ganhou uma “tia” – já que, ao que parece, no seu meio, as mulheres dos pais, se não viram “mães”, são chamadas por seu próprio nome –, ganhou uma nova (assim chamada por ele) “avó” (além das duas que já tinha), na casa de quem ia passar todas as férias junto com o novo casal.

Para encurtar a história, seu pai se separou novamente, foi morar em outra cidade (onde tinha uma irmã casada e sobrinhos), para onde nosso menino ia também nas férias. Anos mais tarde, casou outra vez, mas, como ele e a mulher, ambos no doutorado, moravam em cidades diferentes, agora o filho ficava entre três cidades, em cada uma das quais tinha uma “família” – espaços diferentes, contatos diferentes³. Os dois casamentos produziram também filhos, meio-irmãos para o menino –

filhos de sua mãe com seu “tio”, e de seu pai com a Paula⁴. O que lhe acrescenta outra “família”, agora dos avós de seus irmãos, que não são seus avós, mas que, de algum modo, “funcionam” como tal, na casa dos quais ele pode ficar por breves períodos, pode ir a festas familiares e brincar com os (pseudo)primos.

Num momento determinado, que, no seu caso, será aos 13 anos, ele vai morar na casa do pai – e, então, toda essa situação vai se inverter simetricamente, da forma como se dá, ao contrário, hoje. O que significará ficar prioritariamente, por períodos mais longos e fixos, “na casa do pai”. Pois, apesar de adjetivada como compartilhada a guarda da criança, ela, na verdade, “mora” formalmente com um dos dois pais. E é aí, na casa de quem ela “mora”, que tem sua “base” mais fixa, digamos assim. Onde passa mais tempo, portanto, com quem convive mais.

Entretanto, além desses espaços que podemos chamar de “familiares” – à exceção da creche –, o menino de nosso relato circula (ou circulou, anteriormente, em certos casos) também por outros, de forma sucessiva, às vezes, mas regular, com períodos de tempo e frequência determinados, com personagens específicos com os quais ele se relaciona de forma também específica (para aquela finalidade), num contato individual ou junto com outros participantes. Estou falando das aulas/treinos de natação, de futebol, do Kumon, das sessões com psicopedagoga, com psicólogo, os quais são todos espaços “flexíveis e plurais”; como rotulou Vaitsman (1994) para as relações de conjugalidade nessas camadas, passíveis de alternância mas também de equivalências, e que, dessa forma, podem ser pensadas, de algum modo, como permanentes, duradouras.

Aliás, é bom dizer que, dependendo do perfil dos atores envolvidos e sem sair das camadas médias, a lista daqueles espaços pode aumentar – para incluir, entre outros, a “fono” (fonoaudióloga), a dança (ballet, jazz, sapateado), as lutas e/ou artes marciais (judô, karatê, jiu-jítsu, capoeira etc.), os esportes (vôlei, basquete, tênis etc.), a música (o aprendizado

de diferentes instrumentos). Lembrando, ainda, que o menino e sua história é só meu caso exemplar – quantas outras crianças não têm a mesma biografia, participam do mesmo vaivém? Será que não podemos chamar a isso “circulação”, tal como tem sido feito quando se trata de outras andanças das crianças nos grupos populares?

Da primeira “inspiração” à idéia do trabalho

O menino da história acima foi minha primeira inspiração para a breve incursão ao tema que propus apresentar neste trabalho. Designada como “toda transação pela qual a responsabilidade de uma criança é transferida de um adulto para outro” (Fonseca, 1995, p. 116), na circulação, diferentemente da adoção formal, a transferência de direitos dos pais é parcial e temporária.

Interpretada desse modo, essa prática tem sido identificada sempre, ou mais caracterizadamente, como dos grupos populares; por razões que exploro depois aqui. Sem deixar de concordar, de alguma forma, com esse diagnóstico – se pensarmos a circulação ancorada na questão das “dificuldades concretas de criar os filhos” (Sarti, 1996), decorrentes de uma situação de extrema pobreza –, minha idéia – proposta inicial – neste trabalho era que considerássemos também, sob a mesma rubrica, os fluxos mais curtos, dinâmicos e variáveis, em termos de espaços e personagens envolvidos que, segundo penso, caracterizariam o mesmo fenômeno (com outra roupagem) entre as camadas médias urbanas – para o qual seria um bom exemplo o menino cuja história abre meu texto. O que significa dizer que a idéia é aplicar a nós mesmos – o que, muitas vezes, não costumamos fazer – uma categoria de análise quase sempre pensada para os “outros”. Ou, mais especificamente, significa, poder incluir nessa “ciranda”, também, uma antropóloga e seu neto.

O material que consegui reunir no trabalho, porém, convenceu-me de que as aproximações eram (são) muito maiores que as diferenças, e que podemos encontrar nas camadas médias, muitas vezes, as mesmas modalidades de circulação de crianças identificadas apenas nos grupos populares – desde que consideremos esta prática de maneira mais ampliada e flexível, o que sugiro aqui.

Na pequena discussão que se segue – ainda muito preliminar e de alguém que não trabalha com a questão –, localizo este tema e sua interpretação entre nós, apresento meus “achados” empíricos e dialogo com literatura pertinente, buscando iluminar, com isto, os múltiplos espaços em que se movem os pequenos em seu, por vezes, extenso e intenso vaivém.

Circulação de crianças: prática de grupos populares?

De vez em quando digo a meus alunos que parece que, tal como a Igreja Católica no discurso de uma certa ala, também temos feito, de certo modo, na antropologia (para ficar só com ela) uma “opção preferencial pelos pobres”. Se isso não acontece em todas as áreas, na dos estudos sobre família e gênero parece, muitas vezes, se dar. De todo modo, para não exagerar no comentário, considerando que o investimento feito em nossa disciplina, a partir dos anos 80, no estudo das chamadas camadas médias urbanas – embora deixemos, ainda, muito de lado as elites – matiza o quadro; mesmo assim, pode-se dizer que alguns temas de nossa agenda de pesquisa permanecem como uma espécie de apanágio dos, assim chamados, “grupos populares”. Entre estes está aquele de que me ocupo aqui⁵.

A circulação de crianças, assim referida com todas as letras, remete, ou tem remetido sempre (ou, pelo menos, mais fortemente), a situações vividas pelos pequenos representantes dos tais grupos populares⁶.

Pensada, interpretada, como algo mais permanente ou, ao menos, como um processo de maior duração na vida das crianças – considerando, inclusive, quando isto é possível, sua vida até se tornarem adultas –, o fenômeno é tratado, numa perspectiva já crítica, aliás, à idéia de necessidade ou carência desses grupos (Fonseca, 1995; Sarti, 1996), como elemento constituinte de formas de organização da família que eles constroem e vivenciam. Não implicando, mesmo, em conseqüências ou percepções traumáticas para os adultos que o viveram, quando confrontados hoje com a memória dessa experiência em suas vidas (Fonseca, 1995).

Buscando um significado, um sentido, como ela diz, para “este vai-vém de filhos”, Claudia Fonseca considera “a prática da circulação de crianças como uma estrutura básica da organização de parentesco em grupos brasileiros de baixa renda” (1995, p. 15). Na mesma direção e invocando conjuntamente instabilidade familiar (por separações e mortes), instabilidade econômica estrutural e ausência de instituições públicas substitutivas das funções familiares, Cynthia Sarti fala da circulação – caracterizada, segundo ela, pela extensão da responsabilidade sobre as crianças a “toda uma rede de sociabilidade em que a família está envolvida” – como uma “prática popular” que “se inscreve dentro da lógica de obrigações morais que caracteriza a rede de parentesco entre os pobres” (1996, p. 55).

E, mais, referindo Fonseca (1995), concorda que essa prática constitui “um divisor de águas entre aqueles indivíduos em ascensão, que adotam valores de classe média, e aqueles que, apesar de uma existência mais confortável, permanecem ligados à cultura popular” (1996, p. 55).

Tomando por base as interpretações sobre o fenômeno da circulação de crianças das duas autoras comentadas até aqui neste item do trabalho (Fonseca, 1995; Sarti, 1996), sugiro que se poderia traçar uma espécie de perfil desta prática: (1) uma experiência de duração mais longa (ou, pelo menos, com certa estabilidade em termos de tempo de permanên-

cia das crianças nos lares receptores); (2) é regida por um sistema de prestações e contraprestações de cunho moral, portanto relevando de um conjunto particular de valores; (3) tem tradição de exercício no grupo referido que remonta a, pelo menos, dois séculos; (4) que – se não se levar em conta as internações em instituições de caráter estatal (Febem) e a adoção internacional – apresenta uma equivalência (cultural, de classe social) entre os atores envolvidos; e, além disso, (5) constitui uma espécie de apanágio ou, ao menos, um elemento das formas de organização da família das camadas populares, dos assim chamados pobres.

As observações feitas até aqui não significam, evidentemente, cobrança de dívida de quem não a contraiu, na medida em que as autoras aqui referidas não estavam se propondo a estender sua análise para incorporar nela outros grupos. Trata-se apenas de refletir, tomando como parâmetro a experiência de outras camadas (média e alta urbanas) e a caracterização que tem sido feita do fenômeno da circulação de crianças, se não é possível encontrar nestas camadas o mesmo fenômeno se apresentando, por vezes, com outro formato.

Sem pensar numa homogeneização desses grupos, tanto os chamados populares (ou pobres), de cuja diferenciação, inclusive êmica, falamos (Fonseca (2000) e Sarti (1996)⁷, quanto os das camadas médias urbanas, de que tantos já se ocuparam (Velho, 1985; Bruschini, 1990; Heilborn, 1996; Duarte, 1995; Vaitsman, 1994; entre outros), quero dizer que de qualquer modo, em algum nível, estamos nos remetendo a eles como se pudéssemos considerá-los (cada qual) num conjunto. E, dessa maneira, temos dito que a circulação de crianças é uma “prática popular” no sentido de estar vinculada aos grupos populares ou aos pobres. Vendo mesmo, entre outras coisas, como um dado a atestar a dimensão do amor, da sociabilidade, da valorização da família, dos laços de consangüinidade, da maternidade, das disputas familiares, enfim, da consideração interessada que se dirigem à criança, razão e dádiva nesta ciranda.

Tentando perceber nossos caminhos, e alguns rumos do debate mais amplo, invoco a observação de Marlise Matos (2000) em suas referências ao estudo contemporâneo da família e da conjugalidade, quando mostra, citando Bilac (1995), que, na bibliografia sobre a família brasileira, temos três momentos diferentes: o primeiro relacionado aos estudos mais extensos e clássicos de família (Freyre e Mello e Souza são as referências), privilegiando as classes dominantes; o segundo, às classes populares, e diferentemente do primeiro, voltado para os valores, trabalha economia e condições de vida; no terceiro, o grupo privilegiado seriam as camadas médias, com o foco na família como “dimensão significativa da visão de mundo e dos estilos de vida, e considerando-se a constituição de determinado *ethos* particular” (2000, p. 103).

Como parece óbvio, a sinalização dessas tendências mais amplas dos momentos não exclui a continuidade do interesse efetivo dos estudiosos por outros grupos. Mas, se posso falar assim, de qualquer forma, parece que seguimos referindo particularmente (preferencialmente?) certos temas a determinados conjuntos de atores, grupos, camadas, como quer que os chamemos. Seria esse o caso da circulação de crianças, tal como tem sido considerada.

Em seu livro referencial sobre o tema, Fonseca (1995) diz que na classe média as crianças “tornavam-se o foco da unidade conjugal”, e que “nessas famílias as pessoas ‘trabalham’ seu relacionamento conjugal e ‘investem’ nos filhos a fim de ‘construir’ uma família”. Já nos grupos populares as “crianças são consideradas não como indivíduos singulares, mas sim como partes integrantes do grupo” (idem, p. 38-9).

Por outro lado, assinala que, diferentemente dos Estados Unidos, no Brasil, mesmo nas classes médias, a “família moderna, isto é, nuclear, fechada, alheia à influência do clã, não é tão comum” (1995, p. 39). Dizendo, ainda, que a fluidez dos limites dessa família produziu, no contexto local de seus estudos, até cerca de 20 anos atrás (anos 60?), (o que

ela considerou) “um número impressionante de adoções informais” (idem). E a autora registra, nessa “estatística”, que só em seu departamento acadêmico três colegas viveram essa situação.

De todo modo, esse não seria um dado do presente. Assim, relacionando a frequência anterior da mesma à importância da família extensa, no sistema de parentesco brasileiro, e à influência particular da ideologia materna – quando, segundo ela, apesar do nível de informação e renda das mães pertencentes às camadas médias urbanas, os ditames de Freud e dr. Spock ainda não haviam educado suas angústias –, a autora nos diz: “Apesar da falta de pesquisas sistemáticas sobre este campo, arrisco a hipótese de que, durante a última geração (ela está escrevendo nos anos 90), as crianças da classe média pararam de circular” (1995, p. 39-40). Psicologia, medicina e uma “memória convenientemente curta” teriam ajudado esse grupo “a condenar a circulação de crianças como uma prática de pais ‘desnaturados’, marcando com ela a distinção entre suas ‘famílias respeitáveis’ e as dos grupos populares, moralmente repreensíveis” (1995, p. 40).

Outro ponto a destacar, nas análises, é a diferença estabelecida entre *circulação*, como “uma forma de transferência parcial e temporária, *fosterage*, que abre espaço para relações de obrigação entre os pais biológicos e adotivos”, e *adoção*, que constitui, ao contrário, a “transferência total e permanente dos direitos sobre a criança” (Sarti, 1996, p. 57).

Salienta, ainda, Sarti, que, sendo um “padrão legítimo de relação com os filhos”, a circulação de crianças “permite uma solução conciliatória entre o valor da maternidade e as dificuldades concretas de criar os filhos” (1996, p. 57); o que implica, ou pode implicar, a associação necessária do fenômeno com os grupos populares.

Em resumo, de acordo com as interpretações das estudiosas do tema, referidas até aqui, a circulação de crianças é uma prática secular, recorrente e dinâmica nas camadas de baixa renda urbanas, incompatível, por

assim dizer, com a visão de mundo, o *ethos*, o estilo de vida, das camadas médias (cf. Fonseca, 1995; Sarti, 1996). Alinhados, estes últimos (visão de mundo, *ethos*, estilo de vida), com os ditames da modernidade, os valores do individualismo, do igualitarismo (Vaitsman, 1994; Velho, 1985; Heilborn, 1992).

“Circulando” em Belém: anotações sobre o vaivém de crianças em camadas médias urbanas

Quando me propus a escrever este artigo, minha primeira inspiração para fazê-lo foi, como dizia, de ordem pessoal, partindo da situação de uma criança em particular, de quem já relatei a história.

Nosso menino é tomado, entretanto, mais como uma espécie de caso exemplar para sinalizar a movimentação (mais intermitente, com fluxos mais curtos) característica do vaivém de crianças, tal como me parece ocorrer entre os filhos das camadas médias e altas na cidade de Belém.

Ao dialogar, entretanto, com a literatura consultada, deparei-me com um dado inesperado. Percebi que, além da forma particular que estou propondo considerar como circulação de crianças nessas camadas, é possível encontrar a participação das mesmas em outras modalidades desta prática, estas, exclusivas, ou mais especificamente referidas, aos grupos populares. Estão, nesse caso, a adoção informal (ou “à brasileira”, como chama Claudia Fonseca), a “tutela infantil”, os “filhos de criação” e o costume de “reparar” crianças. Embora, nas modalidades citadas e em certas circunstâncias, haja uma diferenciação (de classe) entre os lares que recebem e “doam” crianças – dos grupos populares para as camadas médias e altas – e, assim, uma espécie de via de mão única, em que só um lado dá e só o outro recebe, penso que se pode dizer que, da

perspectiva da criança – que é, afinal, quem “vai e vem” –, há um movimento que pode ser referido também como circulação.

Assim, tal como Fonseca, acabei por “descobrir” ao meu redor vários casos (11 ao todo) de adoção informal entre meus próprios colegas (adotados eles mesmos ou que adotaram crianças), num período que vai do final dos anos 30 aos anos 90. O que pode sinalizar, talvez, uma certa continuidade da prática⁸.

De posse desse dado, por impressionístico que seja, comecei a puxar pela memória pessoal e encontrei mais coisas. Descobri, simplesmente, o fenômeno na minha própria casa. Lembrei, então, que, no final dos anos 30, minha mãe, ao casar⁹, levou consigo e criou, até a idade adulta, duas irmãs pequenas, de 6 e 8 anos e, depois, mais um irmão, este já adolescente. Além disso, mais tarde, meus pais criaram também, por cerca de dez anos, uma menina, filha de pais alemães, cuja mãe, viúva, veio para Belém trazida pelas circunstâncias da Segunda Guerra. Mais ainda, eles participavam de um outro sistema de circulação de crianças, muito comum em Belém desde as primeiras décadas do século XX (como atesta o historiador Vicente Salles – 1988), embora possa dizer que não deixou de existir até hoje – talvez, em menor escala.

Estou falando, nesta última referência acima, da situação de crianças que eram dadas, pelos pais, para criação¹⁰, vindas das pequenas cidades do interior do estado – próximas e até muito distantes da capital –, que trocavam os serviços (tarefas domésticas) delas pela educação que esperavam que elas recebessem. Na minha lembrança, dois meninos vieram para nossa casa, trazidos pelos “compadres do Marajó”, e lá ficaram alguns anos. Como meninas participavam também (e, ao que parece, predominantemente) desse circuito, havia até uma divisão por gênero das tarefas – os meninos destinados aos serviços de limpeza externa e/ou mais pesada e aos “mandados” de rua¹¹. Vários anos mais tarde, com a

morte prematura do irmão – aquele que ela e o marido acabaram de “criar” – e de sua mulher, pouco depois, ela trouxe para casa as duas sobrinhas, da mesma idade das irmãs que ela levava ao casal, e criou-as como “filhas-netas” até a idade adulta. Mas, a “carreira” desse lar receptor não se encerrou aí. Muitos anos depois da última “adoção”, a mulher, agora já viúva, e perto de 70 anos, “ajudou” o filho mais novo (com a morte prematura da esposa) a criar a neta, de apenas 6 anos, até a adolescência, quando a avó-mãe adotiva morreu, já perto dos 80 anos.

Continuei recorrendo aos “palácios da minha memória”, como chama Agostinho em suas *Confissões*, também para dizer que os fatos de seu registro se inscrevem no conjunto maior daquilo que estou querendo ver como um grande e abrangente contorno da circulação de crianças que, para não ir mais longe, poderia conter em si questões como:

1) O regime de tutela infantil (Almada, 1990)¹², em que, como sabemos, um juiz determinava a entrega de crianças, da chamada “infância desvalida” (Bezerra Neto, 1995) – geralmente, mas nem sempre, órfãos – a famílias que se dispunham a criá-las. Uma vez que, segundo os processos consultados por Almada, as crianças aparecem muitas vezes “circulando” entre a casa da mãe, a de quem ela as entrega para criar (uma professora, a madrinha) e a do tutor que o juiz determina. Nesse caso, por mais que a rigor nem sempre se coloque a assimetria de classe entre doadores e receptores (a não ser no referente ao tutor imposto pelo juiz), pelo menos existe a consideração de entregar a criança a quem pode “melhor” (com mais posses) criá-la.

2) Os encaminhamentos informais de crianças por seus pais ou responsáveis, por períodos mais longos ou mais breves, às “crias de casa de família” que também podiam passar por mais de uma casa – pois, conforme fossem conhecidas suas qualidades como “bons serviçais”, elas eram disputadas por outras “famílias” – e, ainda, serem “tomadas” de volta pela mãe, pelo pai ou outro parente¹³. Além disso, essas crianças –

no caso, mulheres – podiam circular, ao longo de suas vidas, entre vários lares de uma mesma “família”, ajudando a “criar”, por vezes, os pequenos de até três gerações da mesma¹⁴.

3) A criação de meninos ou meninas advindos das obrigações do parentesco ou por desejo particular de alguém, os “filhos de criação”. Essa modalidade aparece como um dado de pesquisa (Julião, 1999; Gonçalves, 1999; Malcher, 2002; Vaz Silva, 2003), cruzando, nessa prática, grupos populares e camadas médias urbanas, desde as primeiras décadas do século XX. Muito ligada, ao que parece, às obrigações do parentesco – afilhados incluem-se aí –, o que permite a comunicação próxima entre as partes nela envolvidas. Esses “filhos” – tal como as crianças entre suas “duas casas”, das relações contemporâneas –, embora com uma base fixa, estão sempre entre sua família “verdadeira” e outra. Aliás, pode-se chegar até a uma espécie de sofisticação desse sistema, pois, em vários casos, a criança como que “circula” sem sair de um lar para outro: quando duas ou mais irmãs (às vezes um homem-irmão solteiro), ou dois casais (em que um pode ser de homossexuais) participam do processo, isto é, dividem a “criação” do filho de uma delas, e este, então, tal como a mulher que tanto impressionou Fonseca, passa a “ter” e considerar várias “mães”, mas na mesma casa (Malcher, 2002; Vaz Silva, 2003). Nessa modalidade poderia ser incluído, ainda, algo que chamarei de “criação compartilhada”, quando a criança continua sendo criada e vivendo com os pais, mas outro(s) parente(s) – adicionando-se padrinhos na categoria – ajuda(m) em seu sustento e sua socialização e, neste caso, podem ser pessoas solteiras com melhor renda ou casais sem filhos.

4) O cuidar de, ou “reparar”, crianças, tarefa que pode ser executada por parentes – avós, tias(os), irmãs(ãos), primas –, vizinhas, amigas (colegas da mãe incluem-se nesta categoria), sejam adultos ou crianças, que podem, estas mesmas, também “tomar conta” de outra criança (Lago, 2002). Devo dizer que a inclusão desta última prática, como a

circulação, também cruza grupos populares e camadas médias e inclui, como movimento sucessivamente repetido, o cuidar de uma criança por algumas horas (uma manhã, uma tarde, uma noite), o que pode se dar, uma vez ou outra, ou permanentemente, todos os dias, como “tomar conta” durante a semana toda (com a mãe “pegando” no fim de semana). Esse circuito pode contar com o recebimento de alguma recompensa (em dinheiro, bens, uso de cartão de crédito da mãe) para quem “repara” a criança (Lago, 2002; Estumano, 2004).

5) Os fluxos mais curtos e dinâmicos, que incluem outros atores e espaços, estes, sim, talvez apenas presentes na situação das crianças de camadas médias e altas. E aí, particularmente para um tipo de fluxo, os filhos de pais separados, que, assim como partilham com outras crianças (de grupos populares) de experiências mais “tradicionais” nessa circulação – ficando na casa das avós, uma parte do dia, por exemplo (Lins de Barros, 1987; Estumano, 2004)¹⁵ –, se movimentam também entre um número, por vezes elevado (para as circunstâncias) e variado, de pessoas, que, diferentemente do outro tipo de circuito, não têm com elas (as crianças) uma relação de proximidade – às vezes até afetiva, como ocorre naquele – mas, sim, uma relação profissional. Considerando, agora, esta última modalidade, se não estou torcendo as coisas a meu favor (ou para minha idéia aqui), penso que posso chamar esse vaivém também de “circulação”, ainda que de um caráter diferente do que se tem pensado para os grupos populares.

Nesse sentido, vendo a discussão sobre casamento e família no contexto das camadas médias, historicamente e em condições de modernidade¹⁶, lembro o conhecido estudo de Vaitsman (1994), quando diz que, nestas condições, “a instabilidade, a flexibilidade e a heterogeneidade no casamento e na família adquirem conteúdos históricos, culturais e de gênero específicos”, em que “aceita-se a pluralidade e a heterogeneidade institui-se como um dominante cultural” (idem, p. 81). Isso

para dizer que as crianças, filhas dessas relações ancoradas em padrões “plurais, flexíveis e heterogêneos”, mesmo sem terem escolhido fazê-lo, participam, vivamente, das novas formas de convívio no âmbito mais restrito da família – vivendo, por exemplo, entre a “casa da mãe” e a “casa do pai”, junto com meio-irmãos e os cônjuges de seus pais – e, além de vivê-las, constroem interpretações e discursos sobre elas.

Portanto, além dessa variabilidade no convívio familiar, a criança participa de outros circuitos, pois, como sabemos, consoante a esse panorama, há uma espécie de ampliação e desdobramento dessas formas de convívio, vinculadas ao processo mais geral das especializações da vida moderna. Além disso, como também sabemos e bem assinala (entre outros) Matos (2000), referindo Dumont, a noção de que é “moderno” esteve sempre intimamente vinculada à noção do indivíduo livre e igualitário. O que, no caso particular da criança, significa dizer que ela também foi construída modernamente e, assim, participa dos dois movimentos: (1) um novo formato de familiaridade – em que se atam e se desatam os laços conjugais, em que a vida das crianças não transcorre mais (ou pode não transcorrer) no espaço privilegiado (em certo sentido, único) de um lar compartilhado sempre com os mesmos personagens; (2) um conjunto diversificado e extenso do que estou chamando de especialidades (e especialistas) que encaminham e atendem às exigências do *ethos*, do estilo de vida das camadas médias urbanas (mais ainda, talvez, das altas, porém com outros significados e objetivos).

Ora, quando se fala de circulação de crianças, se não nos ativermos à adoção *tout court*, está-se falando de quê? De um amplo circuito de pessoas e lares entre os quais as crianças (dos grupos populares) – como os colares e braceletes no Kula – são trocadas qual dádivas, desejadas, bem guardadas, bem cuidadas, disputadas, exibidas. De pessoas que partilham entre si com a criança, seu processo de socialização, o aprendizado da vida. E, então? Não é mesmo isso que acontece na vida das crianças

das camadas médias, particularmente (mas não apenas) aquelas cujos pais desfizeram – e, às vezes, refizeram, até mais de uma vez – seus casamentos? Não estão elas (as crianças), alternada e permanentemente, na casa da mãe, na casa do pai e nas muitas outras que, tal como vemos no fenômeno já tão bem descrito, existem conforme os arranjos familiares que forem atualizados? E não partilham, assim, também, suas vidas com esses vários espaços de convívio?

Em conclusão

Para terminar proponho que, considerando as experiências registradas neste trabalho – no qual tentei juntar, de forma preliminar, ainda, minha memória pessoal e experiências de vida, as observações do cotidiano a meu redor e dados de pesquisas¹⁷ –, possamos pensar na circulação de crianças como um fenômeno que pode abranger como equivalentes estruturais: (1) os circuitos de ciclos mais longos e estáveis, nos quais se incluem o instituto da tutela de menores – registrado em Belém desde o início do século XIX –, o recebimento ou acolhimento, por vezes temporário, de crianças de famílias “caboclas” – as “crias de casa de família” – e os “filhos de criação”; (2) os circuitos de fluxo mais curto e intermitente, de repetida frequência, nos quais se incluem, por sua vez, a prática de “reparar” ou “tomar conta” de crianças e o vaivém das crianças das camadas médias que experimentam quase sempre – dada a alta incidência de separações de casais e, particularmente para este grupo, as práticas em torno da criação dos filhos e das relações entre os ex-parceiros – os dois tipos de movimentação que assinalei anteriormente.

E, para findar por onde comecei – a inspiração pessoal citada no início –, volto, mais uma vez, ao menino que ilustra minha discussão para registrar, com seu vaivém entre “suas” casas por períodos variáveis e

sucessivamente dispostos que vão, ao longo de cada ano, de algumas horas até três meses, o tipo de “circulação” de que falo entre minha família. Que inclui, por exemplo, nestes 12 anos, de um lado, 12 casas, distribuídas entre cinco cidades diferentes – e, pelas mesmas razões afetivas, disputas familiares, que Fonseca (1995) já havia registrado para os grupos populares. De outro, um circuito que inclui espaços fora dos círculos familiares, contabilizando, por sua vez, pelo menos cinco espaços de convívio diferentes.

Não tenho ainda a percepção, a distância, dessa experiência, como relatam, a esta autora, alguns dos adultos que a viveram. Por ora, talvez, apenas um “palpite”. Assim, arrisco dizer – falando especificamente de filhos de pais com a experiência da separação – que, tendo duas casas permanentes (além das outras, mais eventuais) e estando constantemente em uma ou outra, parece que, para essas crianças, nenhuma é comumente referida como sua – os termos de referência “minha casa”, “lá em casa” não parecem ser muito, ou quase nunca, empregados. Se não estou tão errada em minhas observações do cotidiano (mesmo sem uma pesquisa sistemática sobre), não estaríamos, no caso, ainda diante da força da idéia de família nuclear, que não prescinde da presença dos filhos para ser considerada como tal (uma família) e então só é a “minha” família, portanto a “minha” casa, quando, como peça integral deste núcleo, participo completamente/conjuntamente dela? Um dado de pesquisa recente (Estumano, 2004), que me fez pensar nisso, foi a insistência (da família, dos amigos) para que casais de camadas médias, profissionais do mundo acadêmico, tenham filhos, com um discurso justificador, de que os casais estudados de certo modo compartilham (ainda que defendam, também, a idéia do “filho adiado”), de que a família só se torna completa com a vinda de um filho seu. Será então que, não fazendo parte, a rigor, nesse sentido, da “família” (“completa”) da mãe ou do pai, dependendo do contexto, aquelas crianças só estariam mesmo

“na casa da mãe”/”na casa do pai”? O que não significa não considerá-las, de qualquer maneira, também como suas.

De todo modo e voltando especificamente ao meu tema, pelos dados que pude reunir e expor aqui, penso que, de um lado, no que se refere às adoções informais e, de outro, se ampliarmos nossa consideração da prática para incluir nela os circuitos que indiquei (pelo menos aqueles entre “suas” várias casas), é possível falar da circulação de crianças como uma prática existente e em vigor, até hoje, entre as camadas médias urbanas.

Nesse sentido e abrindo o leque da consideração que tem sido feita para incluir nele todas as camadas sociais, poderíamos, parafraseando Cláudia Fonseca, chegar a dizer que a prática da circulação de crianças pode ser pensada como uma estrutura básica (ainda que não pelas mesmas razões, por vezes) da organização de parentesco no Brasil. E não apenas dos “grupos brasileiros de baixa renda”. Na medida em que, como espero ter conseguido demonstrar aqui, as camadas médias urbanas (e a classe alta também) participam ativamente, historicamente, de todas as modalidades já registradas nas interpretações do fenômeno para a sociedade brasileira, além de possuírem formas mais particulares dessa prática. O que pode ser percebido, concretamente, por meio da movimentação intensa e externa da criança que tomei como “modelo” para tratar do tema neste artigo.

Notas

- 1 A versão original deste trabalho foi apresentada durante a XXIV Reunião Brasileira de Antropologia, realizada em Recife (PE), de 12 a 15 de junho de 2004, no Fórum “Família contemporânea: relações intergeracionais e de gênero”, coordenado por Myriam Lins de Barros e Russel Parry Scott – a quem agradeço pela chance de tê-lo apresentado e por ter participado do debate profícuo e cordial.
- 2 Este trabalho se beneficiou enormemente da colaboração do bolsista de iniciação científica. C. Tiago Luís Coelho Vaz Silva, vinculado a meu projeto de pesquisa (CNPq/UFGA). Da mesma forma que a interlocução com meus orientandos de mestrado em Antropologia, Leonardo Fabiano de Souza Malcher, Syane de Paula Costa Lago, Maria Romélia da Silva Julião, Evanildo Moraes Estumano e Anaclan Pereira Lopes da Silva, cujos dados de pesquisa e/ou informações pessoais sobre o material de campo me foram extremamente úteis. A todos, um agradecimento muito especial.
- 3 Em uma dessas cidades, aliás, o menino possuía também uma tia materna casada e mais duas casas para ir e vir – a dela e a de seus sogros.
- 4 Nome fictício dado aqui à mulher de seu pai, indicando como o menino a trata.
- 5 Um outro parece ser o da, assim chamada, gravidez na adolescência que, na forma como tem sido abordada mais maciçamente, passa como se também não ocorresse entre as meninas de camadas médias (a que nós mesmos pertencemos, quase sempre) e, muito menos, das elites.
- 6 Um dado instigante a assinalar aqui é que, salvo os relatos deixados por preceptoras estrangeiras que, como sabemos, vinham cuidar da educação dos pequenos das elites, segundo obras literárias e um ou outro registro feito de passagem, quando falamos de nosso campo, nossa disciplina só há muito pouco tempo (anos 80) introduziu a criança – a indígena mais tardiamente ainda (Silva, 2004) – como tema autônomo de pesquisa – sem falar na sempre honrosa exceção representada por Mead nos anos 30. E, nessa agenda, ao que parece, a infância surge, quase sempre, no contexto do debate sobre pobreza, marginalidade, abandono (cf. Alvim e Valadares, 1988; Del Priore, 1992).
- 7 Fonseca refere ainda, além de Sarti, Zaluar (1985) como “valiosa exceção” à consideração de tal homogeneização.

- 8 Desses colegas, seis são de meu Departamento (um dos quais é meu próprio marido) e cinco de outros dois. Uma delas, aliás, adotou (com a separação dos pais) primeiro os sobrinhos, filhos de seu irmão; e, hoje, sua sobrinha jovem, já casada e com um filhinho, continua morando com ela, que ajuda a criar o sobrinho-neto.
- 9 Sua mãe havia falecido e o pai casara novamente.
- 10 Em seu referencial estudo sobre a escravidão no Pará, Vicente Salles fala na “prática da doação de crianças para os serviços domésticos das famílias que as podem sustentar e talvez educar” (1988, p. 276). Para esse autor, ela é continuação de outra, atestada em relatório do Presidente da Província à Assembléia Legislativa, no ano de 1848, tratando da “prática abusiva, com que se arrancam violentamente às famílias miseráveis, principalmente na classe dos mestiços, índios ou tapuios, crianças e menores de ambos os sexos, entre 7 e 14 anos de idade [...] e sujeitando-as a uma espécie de servidão, prática esta revoltante, mas infelizmente tão generalizada, erradicada pela sucessão dos tempos, que [...] não tem podido ser abolida, nem mesmo modificada” (idem, p. 275).
- 11 Embora utilizando como exemplo uma referência de minha “família”, quero dizer que essa era uma prática recorrente entre a classe média e a elite de Belém. Em alentada pesquisa (documental e com entrevistas e histórias de vida) sobre a participação política das mulheres da elite paraense dos anos 1910 a 1937, Alvarez (1990) pôde registrar essa prática sendo amplamente utilizada. Romancistas paraenses, como Dalcídio Jurandir, Lindanor Celina, Sultana Levi Rosenblat, Inglês de Souza, registram-na em suas personagens. E também antropólogos que estudaram em pequenas comunidades nos idos das décadas de 1940-1950, como Charles Wagley (1977 [1956]) e Eduardo Galvão (1955). Durante nossa pesquisa para o mestrado, em meados de 1970, fomos protagonistas (eu e meu marido) de um ensaio de tentativa de encaminhar, assim, para a cidade, a única afilhada que aceitamos ter no campo.
- 12 Em trabalho de pesquisa muito interessante (sua monografia de conclusão do curso de História), o autor localizou processos que vão desde 1820 até 1888, em Vigia, um município do nordeste paraense, tratando da disputa entre candidatos a tutor e parentes de crianças pobres (a “infância desvalida”) e órfãs – os filhos de mulheres viúvas e solteiras caíam nesta categoria – que haviam encaminhado pedidos (de guarda) ou reclamações (contra ela). Mostra-se o vaivém de crianças mesmo nessa modalidade de “adoção”. Havia mesmo disputa formal entre os pre-

tendentes à adoção, o que pode ser visto em um caso (muito comentado em minha casa), ocorrido nos anos 40 do século XX, em Belém, em que duas irmãs, casadas e com filhos, “disputavam” a mesma criança (já mocinha): uma delas patrocinou a fuga da moça e levou-a à presença do juiz com um vestido cheio de remendos e carregando uma rede de dormir rasgada a “atestar” assim os maltratos infligidos, segundo ela, pela mulher que a “criava”.

- 13 Estavam neste caso as meninas e os meninos que vinham viver com famílias, geralmente das classes média e alta, para trabalhar e estudar – ou, pelo menos, frequentar a escola “primária”.
- 14 Uma dessas “crianças”, hoje com mais de 70 anos, ainda se desloca, regularmente, entre duas cidades para cuidar, já, da quarta geração da família que a recebeu – embora seja, hoje, viúva e more em sua própria casa. Aliás, quando, já com mais de 50 anos, ela decidiu se casar, houve uma enorme reação contrária da família, como se esta mulher não pudesse nunca dispor de sua vida como quisesse.
- 15 Não é incomum uma avó receber em sua casa, todos os dias, em meio período, o conjunto (ou a maior parte) de seus netos, que podem vir acompanhados (cada grupo) de uma empregada doméstica, para “ajudar” a tomar conta das crianças. Em um dos casos encontrados em pesquisa recente entre camadas médias, bem situadas socialmente em Belém, e com casais pertencentes aos quadros acadêmicos (Estumano, 2004), os filhos todos compraram apartamento no mesmo prédio dos pais, e todas as crianças (primos entre eles e netos do casal da geração mais velha) já saem direto da escola para almoçar na casa dos avós e lá ficar até o início da noite, quando seus pais (ou, pelo menos, um deles) retornam do trabalho.
- 16 Para a discussão mais geral e de temas específicos nesse campo não posso deixar de referir: Zola (1999); Lasch (1997); MacFarlane (1990); Gay (2002); Giddens (2002; 1993); Rose (1997); e, entre nós, Freyre (1984 [1933]); Mello e Souza (1951); Azevedo (1963); Velho (1985); Bilac (1995); Corrêa (1993); Heilborn (1992); Vaitsman (1994; 2001); Fonseca (1995; 2000); Sarti (1996); Lins de Barros (1987); Duarte (1995; 1999).
- 17 Além das pesquisas já referidas, cujos dados utilizo aqui, devo registrar ainda meu próprio estudo, a partir do qual, também, várias idéias sobre arranjos familiares e circulação de crianças puderam ser desenvolvidas neste texto. Trata-se do projeto de pesquisa intitulado *Do “miserável escravo” à “bela Joaquina”: raça, gênero, jornais e memória social em Belém – final do século XIX/início do século XX*.

MARIA A. MOTTA-MAUÉS. NA “CASA DA MÃE”/NA “CASA DO PAI”...

Bibliografia

ALMADA, P. D. S.

1990 *A infância desvalida: menores do Pará entre a Lei do Ventre Livre e a Abolição.* monografia de conclusão do Curso de História, Belém, UFPA.

ÁLVAREZ, M. L. M.

1990 *Saias, laços & ligas: um estudo sobre as formas de participação política das mulheres paraenses*, Belém, pp. 954, dissertação, Naea/UFPA.

ALVIM, M. R. e VALADARES, L. do P.

1988 “Infância e sociedade no Brasil: uma análise da literatura”, *BIB*, Rio de Janeiro, n. 26.

ARIÉS, P.

1978 *História social da criança e da família*, Rio de Janeiro, Zahar.

AZEVEDO, T.

1963 *Social change in Brazil*, Gainesville, University of Florida.

BEZERRA NETO, J. M.

1995 “‘O Asylo Lyndo e Protetor’: práticas e representações sociais sobre a educação feminina – Belém (1870-1888)”, in ÁLVARES, M. L. M & D’INCAO, M. A. (orgs.), *A mulher existe? Uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia*, Belém, Gepem/Goeldi.

BILAC, E. D.

1995 “Sobre as transformações nas estruturas familiares no Brasil. Notas muito preliminares”, in RIBEIRO, I. & RIBEIRO, A. C. (orgs.), *A família em processos contemporâneos*, São Paulo, Loyola.

BRUSCHINI, C.

1990 *Mulher, casa e família. Cotidiano nas camadas médias paulistanas*, São Paulo, Vértice.

CORRÊA, M.

1993 “Repensando a família patriarcal brasileira”, in ARANTES, A. A. et al., *Colcha de retalhos*, Campinas, Editora da Unicamp.

DEL PRIORE, M. (org.)

1992 *História da criança no Brasil*, São Paulo, Contexto.

DUARTE, L. F. D.

1995 “Horizontes do indivíduo e da ética no crepúsculo da família”, in RIBEIRO, I. & RIBEIRO, A. C. I. *A família em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira*, São Paulo, Loyola.

1999 “O império dos sentidos: sensibilidade, sensualidade e sexualidade na cultura ocidental moderna”, in HEIBORN, M. L. (org.), *Sexualidade, o olhar das ciências sociais*, Rio de Janeiro, Zahar.

ESTUMANO, E. M.

2004 *Uma vida, duas vidas, muitas vidas: diferenciações de gênero no cotidiano familiar e profissional de camadas médias urbanas*, Belém, dissertação, Antropologia, UFPA, 96 pp.

FONSECA, C.

1995 *Caminhos da adoção*, São Paulo, Cortez.

2000 *Família, fofoca e honra*, Porto Alegre, Editora da UFRGS.

FREYRE, G.

1984 [1933] *Casa-grande & senzala*, Rio de Janeiro, José Olympio.

GALVÃO, E.

1955 *Santos e visagens*, São Paulo, Brasiliense 284, Editora Nacional.

GAY, P.

2002 *O século de Schnitzler: a formação da cultura da classe média (1815-1914)*, São Paulo, Companhia das Letras.

GIDDENS, A.

1993 *A transformação da intimidade*, São Paulo, Editora da Unesp.

2002 *Modernidade e identidade*, Rio de Janeiro, Zahar.

MARIA A. MOTTA-MAUÉS. NA “CASA DA MÃE”/NA “CASA DO PAI”...

GONÇALVES, T. A.

1999 *E o casamento como vai? Um estudo sobre conjugalidade em camadas médias urbanas*, Belém, dissertação, Antropologia, UFPA, 224 pp.

HEILBORN, M. L.

1992 *Dois é par: conjugalidade, gênero e identidade sexual em contexto igualitário*, Rio de Janeiro, tese, PPGAS, UFRJ, 210 pp.

JULIÃO, M. R. S.

1999 *Donas da história: relações raciais, gênero e mobilidade social em Belém*, Belém, dissertação, Antropologia, UFPA, 175 pp.

LAGO, S. de P. C.

2002 *Namoro pra casar, namoro pra escolher (com quem casar)*, Belém, dissertação, Antropologia, UFPA, 127 pp.

LASCH, C.

1997 *A mulher e a vida cotidiana*, Rio de Janeiro, União de Editoras S/A.

LINS DE BARROS, M.

1987 *Autoridade & afeto: avós, filhos e netos na família brasileira*, Rio de Janeiro, Zahar.

MACFARLANE, A.

1990 *História do casamento e do amor*, São Paulo, Companhia das Letras.

MALCHER, L. F. de S.

2002 *Mulheres querem amor, homens querem sexo? Amor e masculinidades entre jovens de camadas médias urbanas de Belém*, Belém, dissertação, Antropologia, UFPA, 117 pp.

MATOS, M.

2000 *Reinvenções do vínculo amoroso*, Belo Horizonte/Rio de Janeiro, Ed. da UFMG/Iuperj.

MAUÉS, R. H.

1987 *A ilha encantada: medicina e xamanismo numa comunidade de pescadores da Amazônia*, Belém, UFPA.

- MELLO E SOUZA, A. C. de.
1951 "The Brazilian family", in SMITH, T. L. & MERCHANT, A., *Brazil, portrait of half a continent*, New York, The Dryden.
- MOTTA-MAUÉS, M. A.
1993 "Trabalhadeiras' e 'camarados': relações de gênero, ritualização e simbolismo numa comunidade amazônica", Belém, UFPA.
- PEIXOTO, C. E.
2000 "Avós e netos na França e no Brasil: a individualização das transmissões afetivas e materiais", in PEIXOTO, C. E.; SINGLY, F. de; CHICCHELLI, V. (orgs.), *Família e individualização*, Rio de Janeiro, FGV.
- ROSE, P.
1997 *Vidas paralelas: cinco casamentos vitorianos*, Rio de Janeiro/São Paulo, Record.
- SALLES, V.
1988 *O negro no Pará sob o regime da escravidão*, Brasília/Belém, Ministério da Cultura/Secretaria de Estado de Cultura.
- SARTI, C. A.
1996 *A família como espelho. Um estudo sobre a moral dos pobres*, São Paulo, Autores Associados.
- SILVA, A. P. L. da
2004 *Nem do bem, nem do mal: infância, moral e socialização*, Belém, dissertação, Antropologia, UFPA, 142 pp.
- SILVA, A. L. da; MACEDO, A. V. L. da S.; NUNES, A. (orgs.)
2002 *Crianças indígenas. Ensaios antropológicos*, São Paulo, Global.
- VAITSMAN, J.
1994 *Flexíveis e plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas*, Rio de Janeiro, Rocco.
2001 "Gênero, identidade, casamento e família na sociedade contemporânea", in MURARO, R. M.; PUPPIN, A. B. (orgs.), *Mulher, gênero e sociedade*, Rio de Janeiro, Relume Dumará.

MARIA A. MOTTA-MAUÉS. NA “CASA DA MÃE”/NA “CASA DO PAI”...

VAZ SILVA, T. L. C.

2003 *Lembranças da cor: memória e identidade de velhos em Belém (final do século XIX/ início do século XX)*, relatório PIBIC/CNPq, Belém, UFPA.

VELHO, G.

1985 “A busca da coerência: coexistência e contradições entre códigos em camadas médias urbanas”, in FIGUEIRA, S. A. (org.), *Cultura da psicanálise*, São Paulo, Brasiliense.

ZALUAR, A.

1985 *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*, São Paulo, Brasiliense.

ZOLA, E.

1999 *Como se casa. Como se morre*, São Paulo, Editora 34.

WAGLEY, C.

1977 (1956) *Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos*, São Paulo, Brasiliense 290, Editora Nacional.

ABSTRACT: This paper discusses children's circulation, based in personal inspiration, fieldwork and observation of particular situations. Taking into account some experiences such as children of poor parents brought up by well-to-do people as a member of their household, adoption, fosterage, children's tutelage and circulation of children of medium social strata between father's and mother's house, the purpose of this article is: (1) to see how these phenomena have been interpreted in anthropological studies; (2) to conceive this circulation in a more flexible and broader manner, to include in it more dynamic and shorter fluxes, and other groups that permit to see, in this circuit, for instance, an anthropologist and her grandson.

KEY-WORDS: child, children's circulation, medium social strata, popular social strata, family.

Aceito em dezembro de 2004.